

**30/5/1985**

**As propostas (algumas radicais) destes trabalhadores**

A eliminação imediata das leis de exceção, a desativação dos órgãos e aparelhos repressivos, a convocação para 86 de uma Assembléia Nacional Constituinte e que a nova Constituição defina o fim do latifúndio, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a função social da propriedade e condene o abuso do poder econômico são algumas das principais propostas aprovadas, ontem, pelos 4.500 trabalhadores que participam, em Brasília, do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Além dessas decisões discutidas na comissão que tratou dos problemas nacionais, os trabalhadores começaram a debater ontem outros pontos polêmicos.

O documento preparado por essa comissão apresenta uma série de propostas radicais defendidas principalmente pelos trabalhadores ligados à CUT e ao movimento dos sem terra, que querem o fim do Estatuto da Terra, mas que tendem a ser rejeitadas na votação final. Uma delas é de que para se conquistar a reforma agrária "será necessário derrubar o sistema capitalista e ser implantado um governo popular democrático". O documento preparado pela comissão reivindica, também, que o prazo para a reforma agrária deve ser reduzido para cinco anos em função da gravidade dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais.

Querem, ainda, que as terras e benfeitorias dos latifundiários sejam desapropriadas por interesse social e pagas em títulos da dívida agrária, enquanto que as terras griladas ou com títulos duvidosos sejam confiscadas. "Os trabalhadores — assinala o documento — devem lutar para que a Constituinte amplie o uso do instrumento do confisco."

Sobre os problemas de violência no campo, a comissão quer que "seja rigorosamente proibida a ingerência das polícias militares e civis em conflitos agrários, com punição dos responsáveis, colocando-se o poder público acima dos interesses do latifúndio".

**(Página 11)**